

EXPRESSO (/EXPRESSO/)

Como é o plano federal para pessoas em situação de rua

Mariana Vick 12 de dez de 2023 (atualizado 12/12/2023 às 00h46)

Com R\$ 982 milhões de orçamento, iniciativa traz metas em áreas como saúde, moradia, assistência social, trabalho e educação. Dados do Ipea mostram que brasileiros nessas condições são já quase 227 mil

TEMAS

SOCIEDADE
(/TEMA/SOCIEDADE)

BRASIL
(/TEMA/BRASIL)

FOTO: DIEGO VARA/REUTERS - 26.JUL.2022



 **HOMEM EM SITUAÇÃO DE RUA E SEU CACHORRO EM ABRIGO EM CANOAS (RS)**

O governo federal lançou na segunda-feira (11) um plano nacional voltado para a população em situação de rua (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/11/ministerio-apresenta-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua-veja-pontos.ghtml>). A iniciativa organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos contempla medidas nas áreas de assistência social, saúde, habitação, trabalho e educação, entre outras. O investimento público inicial é de R\$ 982 milhões.

Dados do Cadastro Único analisados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que há cerca de 227 mil pessoas (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/populacao-de-rua-no-brasil-cresceu-quase-10-vezes-na-ultima-decada-aponta-ipea.shtml>) em situação de rua no país. O aumento do número de brasileiros nessa condição é um dos principais gargalos de cidades como São Paulo. Diversos desafios norteiam a aplicação das atuais políticas públicas.

935%

foi quanto a população em situação de rua cresceu no Brasil nos últimos dez anos, segundo levantamento do Ipea

Neste texto, o **Nexo** explica o que diz o plano do governo federal, quais ações ele propõe e como especialistas avaliam o texto. Mostra ainda quais são os desafios para implementar políticas públicas para a população em situação de rua e quais são as responsabilidades dos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais) no tema.

O que propõe o plano

O plano publicado nesta segunda (11) busca efetivar, com uma série de ações, a chamada Política Nacional para População em Situação de Rua, publicada pelo governo federal em 2009. O texto propõe quase 100 medidas, com a meta de implementá-las em diferentes prazos até 2026. Incluem-se entre elas:

fortalecer equipes de **consultórios de rua**, incluindo um programa Mais Médicos para esses grupos até o fim de 2024

construir **cozinhas solidárias** até o fim de 2024

formar **agentes de segurança** para atuar de forma humanizada até o fim de 2024

criar **pontos de apoio da rua** para serviços de cuidado e higiene até o fim de 2026

fazer mutirões para **regularização de documentos** civis até junho de 2024

priorizar e facilitar o acesso de pessoas em situação de rua no programa **Minha Casa, Minha Vida** até o fim de 2026

firmar acordos para dar a elas acesso a **programas de capacitação** ainda em 2023

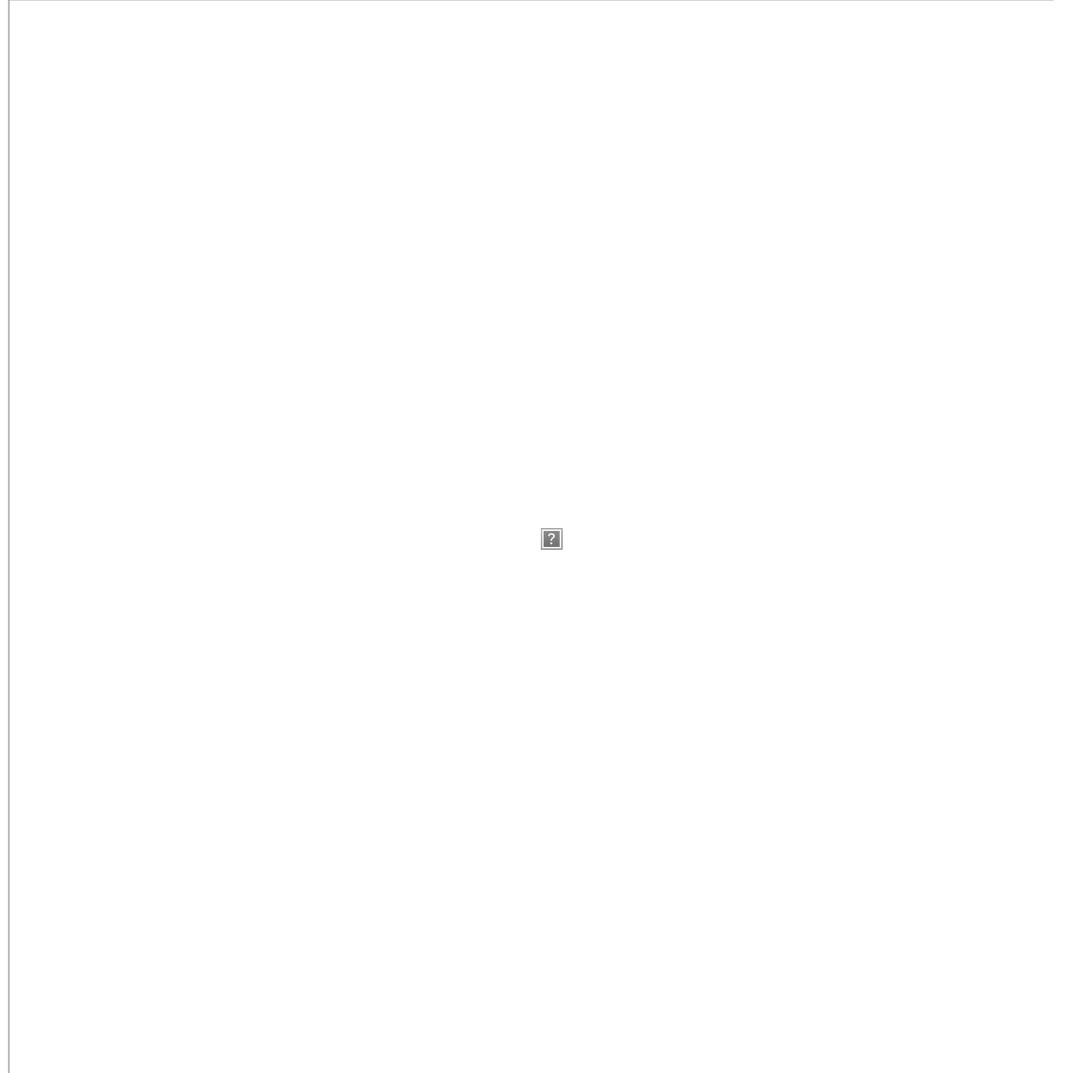
desenvolver metodologia para um **censo** dessa população até o fim de 2025

7

eixos estruturam o plano: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados

A articulação das ações envolve 11 ministérios, além de parcerias com outros níveis de governo e movimentos sociais. A coordenação deve vir do Ministério dos Direitos Humanos. “Não superaremos o grave cenário atual com ações pontuais, superficiais ou esparsas, mas com ações estruturantes, coordenadas, transversais e intersetoriais”, diz o plano.

FOTO: NACHO DOCE/REUTERS - 30.03.2018



Além de publicar o plano, o governo federal lançou nesta segunda (11) outras medidas voltadas à população em situação de rua. Uma delas é o decreto que regulamenta a Lei Padre Júlio Lancellotti (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/11/governo-federal-regulamenta-lei-padre-julio-lancellotti-e-confirma-canal-de-denuncias-para-arquitetura-hostil.ghtml>), que proíbe a chamada arquitetura hostil ([/expresso/2021/02/03/O-que-é-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implicações-no-Brasil](https://expresso.2021/02/03/O-que-é-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implicações-no-Brasil)) (construções feitas para afastar pessoas em situação de rua dos espaços públicos). O Disque 100 terá até o fim de 2024 um canal para denúncias desse tipo de construção.

Outra medida anunciada foi a instituição do Programa Nacional Moradia Cidadã (<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/ministros-assinam-acordo-conjunto-que-definira-plano-de-trabalho-para-implementacao-do-programa-moradia-cidada>), que pretende dar acesso imediato à moradia para pessoas em situação de rua. A política baseia-se num modelo desenvolvido nos EUA nos anos 1990 chamado de “housing first” (<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/10-perguntas-que-ciencia-ja-respondeu-sobre-populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=Estimativas%20apontam%20que%20em%20março%20de%202021,gera%20de%20renda.>). Nele, a moradia é o ponto de partida (e não o objetivo final) das políticas para essa população.

De onde vem a proposta

A publicação do texto atende a uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O magistrado determinou em julho uma série de medidas para que o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras garantissem direitos básicos ([/expresso/2023/07/28/O-que-pode-mudar-para-a-populacao-de-rua-com-a-decisao-do-STF](https://expresso.2023/07/28/O-que-pode-mudar-para-a-populacao-de-rua-com-a-decisao-do-STF)) à população em situação de rua, entre elas o lançamento de um plano. O Executivo federal teve quatro meses para cumprir a ordem.

Moraes escreveu na época que era necessária a “efetiva implementação” da Política Nacional para a População em Situação de Rua no país. Apesar de ter sido instituído em 2009, o texto não vinha surtindo efeito, já que sua implementação por estados e municípios dependia da adesão voluntária dos governos. Apenas 15 prefeituras, por exemplo, haviam aderido ao texto até 2020.

FOTO: TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL - 02.MAR.2023



PESSOAS SE CADASTRAM PARA ALMOÇO GRATUITO NO CENTRO DE ACOlhIMENTO DO PROJETO FRATERNIDADE NA RUA, NA LAPA, REGIÃO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

O ministro considerou que, independentemente de adesão formal, as diretrizes da política de 2009 deveriam ser aplicadas a todos os estados e municípios. Isso porque, segundo ele, elas refletem o que está previsto na Constituição Federal. Com isso, os governos locais passaram a ficar subordinados às obrigações da política e, agora, do novo plano.

De acordo com o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, as ações para a população em situação de rua estão nas prioridades da pasta desde antes da decisão do Supremo. Nesta segunda (11), ele afirmou que o novo plano pretende pôr essas pessoas dentro da política orçamentária do país. “Sempre com vistas para a transição de situação” (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/11/ministerio-apresenta-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua-veja-pontos.ghtml>) de rua”, disse.

O que muda com o plano

Juliana Reimberg, cientista política e pesquisadora júnior do Centro de Estudos da Metrópole da USP (Universidade de São Paulo), disse ao **Nexo** que o novo plano é um marco. Apesar de o Brasil ter uma política para a população em situação de rua desde 2009, não havia antes um plano concreto com metas e objetivos, segundo ela. O texto também mostra uma guinada do governo federal depois de anos sem políticas para a área.

Para ela, um dos méritos do plano é propor ações para a população de rua em áreas além da assistência social. população de rua é complexa e multifacetada, que precisa de respostas intersetoriais, não só da assistência social. Ainda que as ações nesse setor tenham peso maior no orçamento do plano, é positivo que haja também propostas em áreas como educação, saúde e trabalho, segundo ela.

Reimberg também comentou as ações do plano voltadas para a área de moradia, como a locação social (em que aluguel é subsidiado pelo Estado) e o modelo de “moradia primeiro”, previsto no Programa Nacional de Moradia Cidadã. Movimentos sociais e pesquisadores defendem há anos esse tipo de política no Brasil, segundo ela. O modelo tem sido bem-sucedido no exterior por garantir a autonomia dos beneficiários, um dos gargalos nos atuais centros de acolhida:

“[As pessoas em situação de rua] não conseguem muitas vezes sair do centro de acolhida por falta de políticas de ‘porta de saída’ e também pela própria lógica do modelo de acolhimento. Há pessoas que chegam [aos centros] com muita autonomia e ‘regridem’ [por causa dos regimentos], o que torna a saída muito mais complexa depois”

Juliana Reimberg

cientista política e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole da USP (Universidade de São Paulo), em entrevista ao Nexo

Outra inovação do plano, segundo ela, são ações específicas para mulheres e crianças, como a criação de kits para a menstruação e a adoção de educação integral. “[Essa medida] pensa na sobrecarga das mães, que muitas vezes precisam cuidar dos filhos”, disse. “Hoje, quando eles não estão na escola, elas não conseguem, por exemplo, arrumar trabalho, porque as crianças não podem ficar sozinhas sob cuidados de outra pessoa no centro de acolhida.”

Reimberg também considera importantes as ações voltadas contra a violência institucional. Para ela, essas medidas são um reconhecimento do governo federal de que há setores dentro do Estado que “reproduzem desigualdades e violências” contra a população de rua. Estão entre essas violências, por exemplo, a retirada de pertences (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/apos-liberacao-da-justica-prefeitura-de-sao-paulo-comeca-nesta-segunda-a-retirar-barracas-de-moradores-de-rua-durante-o-dia.ghtml>) das pessoas das ruas durante ações de zeladoria urbana.

Quais são os desafios

Reimberg afirmou que há desafios para a implementação de certas ações, como a da locação social. Ainda que o aluguel dentro dessa política seja muito abaixo do valor de mercado, políticas desse tipo costumam exigir que os beneficiários tenham alguma renda para cobrir esse valor (além de outros custos, como o de alimentação). “É um desafio ter um tempo para se estabelecer”, afirmou.

Para ela, também é preciso acompanhar a implementação da política de “moradia primeiro”, para que ela não reproduza as mesmas lógicas dos atuais centros de acolhida. “Também fico curiosa com o tempo em que as pessoas vão ficar nessa moradia. Idealmente, esses modelos não têm prazo mínimo para as pessoas ficarem, por cada um tem um tempo para se estabelecer”, afirmou.

Outro desafio é o monitoramento da política, segundo ela. Não é porque o plano está publicado que há garantia de que ele vá ser implementado. “[É preciso] garantir que os entes subnacionais [ou seja, estados e municípios] vão de fato incorporar o que está previsto no plano, e isso vai ser traduzido em âmbito local. A população de rua é muito diversa, e precisamos dos governos locais para entender quais as necessidades de cada lugar”, disse.

De quem são as responsabilidades

De acordo com a Constituição, as responsabilidades de políticas em áreas como assistência social, moradia e combate à pobreza são divididas entre governo federal, estados e municípios. O artigo 204 do texto, por exemplo, fala na descentralização da política administrativa. Cabe à União regulamentar ações na área, mas estados e municípios também podem criar ações locais.

Antes da criação do plano nacional do governo nesta segunda (11), por exemplo, cidades como São Paulo e Belo Horizonte tinham seus próprios planos para a população em situação de rua. A capital paulista é a cidade com maior número de pessoas nessa situação no Brasil. Eram mais de 53 mil (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghtml>) nas ruas em março, segundo dados do Cadastro Único.

A competência comum traz vantagens, mas também desafios, segundo Reimberg. “São três entes muito diferentes legislando e regulamentando sobre a população em situação de rua. Muitas vezes isso gera um ‘jogo de empurrar’ no sentido de um atribuir ao outro a responsabilidade sobre o atendimento dessa população”, disse.

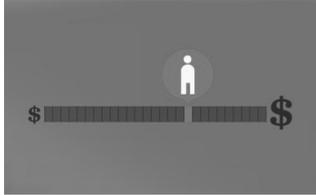
Hoje, na prática, o que se vê é que a atuação mais forte vem das prefeituras, segundo a pesquisadora. Nos governos estaduais, por outro lado, há um vazio no atendimento a essa população. “Muitas vezes eles não sabem como atuar junto a esse grupo. Espero que a publicação do plano reforce a atuação estadual nesse sentido”, afirmou.

VEJA TAMBÉM

PODCAST (/PODCAST/) A população em situação de rua é responsabilidade de quem? (/podcast/2021/08/13/A-população-em-situação-de-rua-é-responsabilidade-de-quem)

 The Trust Project (<https://thetrustproject.org/>) **SAIBA MAIS**

EM ALTA



[\(/interativo/2016/01/11/O-seu-salário-diante-da-realidade-brasileira\)](#)
INTERATIVO
(/INTERATIVO/)

O seu salário diante da realidade brasileira
[\(/interativo/2016/01/11/O-seu-salário-diante-da-realidade-brasileira\)](#)

Gabriel Zanlorenssi



[\(/externo/2023/08/12/Diversidade-pautou-movimento-punk-dos-anos-1980\)](#)
EXTERNO (/EXTERNO/)

Diversidade pautou movimento punk dos anos 1980
[\(/externo/2023/08/12/Diversidade-pautou-movimento-punk-dos-anos-1980\)](#)



[\(/academico/2023/08/16/Como-os-grupos-subalternos-romanos-utilizavam-as-domus\)](#)
ACADÊMICO (/ACADEMICO/)

Como os grupos subalternos romanos utilizavam as domus
[\(/academico/2023/08/16/Como-os-grupos-subalternos-romanos-utilizavam-as-domus\)](#)



[\(/externo/2023/comportamento-abusivo\)](#)
EXTERNO (/E

Retratos de comportamento abusivo
[\(/externo/2023/comportamento-abusivo\)](#)